

# Agilidade e eficácia em causa própria

BRASÍLIA — Exatamente nove segundos foram gastos por Inocêncio de Oliveira, para aumentar em 30,15 por cento o salário de deputados e senadores, que passou de NCZ\$ 5.975,66 para NCZ\$ 7.787,33. Quando correu para o microfone de apartes para pedir verificação de quorum, o Deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) encontrou um obstáculo: o Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) segurou o microfone com firmeza e impediu que a questão de ordem fosse levantada a tempo.

A manobra para a votação tinha sido traçada na reunião dos líderes com a Mesa da Câmara, no dia anterior. Ficara acertado que a votação seria simbólica, para que não fosse divulgado pela imprensa o nome dos Deputados favoráveis ao aumento. Por este método, levantando os braços — ou permanecendo imóveis — os parlamentares votam a matéria. Nenhum nome é registrado no painel eletrônico. Porém, os líderes tinham acertado que o aumento seria

aprovado somente após a votação da política salarial e do novo salário mínimo — o que não ocorreu.

Diante da quebra do acordo, Virgílio Guimarães tentou pedir a verificação de quorum. Como havia um número reduzido de deputados presentes — cerca de cem —, a sessão certamente cairia, ficando adiada a votação do aumento. Neste momento, Gibson entrou em ação. Coincidentemente, ele liderou a coleta das 280 assinaturas para o documento que solicitou à Mesa a votação do Decreto Legislativo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP).

Pressionado sobre a votação do aumento, principalmente pela forma como tudo aconteceu, Inocêncio assumiu a responsabilidade por sua atitude. Primeiro, reconheceu que o acordo de líderes previa a inclusão dos três temas na pauta da sessão. Em seguida, argumentou que os projetos sobre política salarial e salário mínimo não foram votados porque não houve acordo entre os líderes.